

Universidade Federal do Ceará - UFC
Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará - SEJUS
Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização

Curso: Especialização em EJA para Professores do Sistema Prisional

FRANCISCO MARDEY RIBEIRO ALVES

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL: UM RECORTE
FRERIANO

FORTALEZA-CE

2013

Universidade Federal do Ceará - UFC
Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará - SEJUS
Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização

Curso: Especialização em EJA para Professores do Sistema Prisional

FRANCISCO MARDEY RIBEIRO ALVES

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL: UM RECORTE
FRERIANO**

Monografia apresentada à coordenação do Curso de Especialização para a obtenção do Título de especialista em Educação de Jovens e Adultos para professores do Sistema Prisional.

Sob a orientação da Profa. Dra Maria José Barbosa.

FORTALEZA-CE

2013

Ficha catalográfica

ALVES, Francisco Mardey Ribeiro.

Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional: um recorte freiriano

FORTALEZA, 2012.

47 FOLHAS.

Monografia Apresentada Para A Conclusão do Curso de
Especialização em EJA para Professores do Sistema Prisional
Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização
Pela Faculdade Universidade Federal do Ceará, 2012.

Área de atuação: Ciências Humanas

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria José Barbosa

Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional: um recorte freiriano

Francisco Mardey Ribeiro Alves

Monografia elaborada como parte dos requisitos à obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, bem como na biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização (EGPR/SEJUS). A citação de qualquer parte ou trecho deste texto só será permitida desde que feita em conformidade com as normas da ética científica.

Aprovada em ___/___/_____

Prof.Orientador

Prof. Drª Maria José Barbosa

Nome do aluno Orientando:

Francisco Mardey Ribeiro Alves

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola

Coordenador do Curso

Profª Drª Maria José Barbosa

Coordenadora Pedagógica

Dedico esta pesquisa aos meus pais, como prova do meu amor e do meu carinho.

A todos os educadores que fazem da sua vida um ato de amor na sua atuação nas escolas.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, a Deus, por mais uma vitória:

Aos meus familiares, por sempre me incentivarem a lutar:

Aos meus amigos e professores, pela orientação durante a realização desta pesquisa.

“Dos diversos instrumentos do homem, o mais assombroso é, sem dúvida, o livro. Os demais são extensões do seu corpo. Mas, o livro é outra coisa, o livro é uma extensão da memória e da imaginação”.

Jorge Luis Borges (1899-1986)

ALVES, Francisco Mardey Ribeiro. Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional: um recorte freiriano. .2012. 47f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Especialização em EJA para Professores do Sistema Prisional Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização da Faculdade Universidade Federal do Ceará – UFC, Ceará, 2012.

RESUMO

Nesta monografia, lançamos um olhar crítico e reflexivo sobre Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional: Um Recorte Freiriano. Foram analisados os aspectos que envolvem o método de alfabetização desenvolvido e aplicado por Paulo Freire na educação de jovens e adultos. A escolha de trabalhar essa temática surgiu da observação que Paulo Freire é um grande referencial para educação de jovens e adultos, um pesquisador que norteou a sua pesquisa na vertente das práticas educativas e na emancipação do homem quanto um ser social. Com o tema definido a presente monografia traz como problematização: Como ocorre o processo de alfabetização no sistema prisional brasileiro? Que recursos os professores do sistema prisional brasileiro utilizam para facilitar a aprendizagem dos seus alunos? A pesquisa apresenta como objetivo geral: verificar como ocorre o processo de alfabetização no sistema prisional. E específicos: Ver que recursos são utilizados por professores dentro do sistema prisional que facilita o processo de alfabetização e diagnosticar o que os professores sabem sobre Paulo Freire e a educação de jovens e adultos. O direito a aprendizagem de habilidades como a leitura e a escrita é garantida pela própria LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação), onde a mesma garante que a educação tem que ser pública gratuita e universal. Partindo deste princípio a educação de jovens e adulto é um direito de todos aqueles que não tiveram oportunidade de estudar no tempo certo, quer seja por causa da distância, necessidade de trabalho ou por não haver escola por perto. Assim, essa pesquisa é de grande relevância para se refletir e analisar a metodologia desenvolvida por Paulo Freire para a educação de jovens e adultos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Jovens. Adultos. Alfabetização. Método.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL:	
CADEIA PÚBLICA DE CANINDÉ	13
2.1 Leis e Diretrizes EJA no sistema prisional	15
2.2 Legislação de Apoio a Educação no Sistema Prisional.....	21
3. ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS	25
3.1 Alfabetizar e Letramento.....	27
3.1.1 Como o professor pode definir o que seja o letramento?.....	28
3.2 Alfabetizar à luz de Paulo Freire.....	30
4. UM OLHAR SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NOS AMBIENTES DE	
RETRIÇÃO DE LIBERDADE.....	36
4.1 Instrumento de Coleta de dados.....	36
4.2 O sujeito da pesquisa.....	36
4.3 Tipo de análise.....	37
4.4 Apresentação e discussão dos resultados.....	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44
7. APÊNDICES.....	46

1.INTRODUÇÃO

Nesta monografia, lançamos um olhar reflexivo sobre: *Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional: Um Recorte Freiriano*. Pois, compreendemos que Paulo Freire foi um importante pesquisador do processo e desenvolvimento da alfabetização de jovens e adultos. Com essa pesquisa tivemos a intenção de investigar a alfabetização dentro da proposta da pedagogia libertadora de Paulo Freire aplicada no sistema prisional de ensino.

A escolha de trabalhar essa temática surgiu da observação que Paulo Freire é um grande referencial para educação de jovens e adultos, um pesquisador que norteou a sua pesquisa na vertente das práticas educativas e na emancipação do homem quanto um ser social.

Com o tema definido a presente monografia traz como problematização: Como ocorre o processo de alfabetização no sistema prisional brasileiro? Que recursos os professores do sistema prisional brasileiro utilizam para facilitar a aprendizagem dos seus alunos?

A pesquisa apresenta como objetivo geral: verificar como ocorre o processo de alfabetização no sistema prisional. E específicos: Ver que recursos são utilizados por professores dentro do sistema prisional que facilita o processo de alfabetização e diagnosticar o que os professores sabem sobre Paulo Freire e a educação de jovens e adultos.

A metodologia utilizada pra o desenvolvimento desta pesquisa seguiu dois princípios norteadores, sendo a primeira em forma de uma pesquisa bibliográfica, onde a mesma foi desenvolvida à luz de BRANDÃO (1986), ERIKSON (1986), FREIRE (2001), GOFFMAN (1975), GADOTTI (2001), entre outros no qual a pesquisa foi fundamentada e discutida.

A segunda vertente foi em forma de uma pesquisa de campo desenvolvida com cinco professores que atuam no sistema prisional, onde podemos observar desde a sua ação docente aos recursos utilizados em sala de aula.

O instrumento utilizado para o desenvolvimento da pesquisa foi o questionário estruturado. Optamos por este tipo de instrumental por ele possibilitar o desenvolvimento de uma análise crítica e reflexiva dos dados coletados. O critério de Seleção para a amostra pesquisada foi que os educadores deveriam ter no mínimo um ano de docência no sistema prisional.

Verifica-se que a sociedade contemporânea exige uma mudança de postura cada vez maior do educador, principalmente, o que atua no sistema prisional brasileiro, no qual seu campo de atuação, o professor deve utilizar estratégias diversificadas para proporcionar um melhor desenvolvimento cognitivo dos seus alunos. Conforme sugere Paulo Freire a metodologia utilizada pelos educadores devem valorizar as experiências, acontecimentos, necessidade do cotidiano, ou seja o que os alunos vão vivenciar na prática.

O desenvolvimento educativo é uma prática política, onde impera uma relação de domínio ou de liberdade entre os seres humanos, por este princípio norteador faz necessário que se defenda uma pedagogia libertadora, em que os alunos sejam um construtor dos seus aspectos cognitivos e não pessoas oprimidas por um sistema cruel e excludente de ensino que oferecem o mínimo de condições para que os alunos desenvolvam em uma sociedade democrática. A relação professor e aluno devem ser construídos com o intuito de proporcionar o aluno a desenvolver a sua criticidade, argumentar quando for necessário e de dizer sim e não quando concordar ou discordar com algo da sociedade ou do sistema educacional.

Verificamos que quando um aluno adulto chega à escola, ele já é capaz de desenvolver uma leitura de mundo, pois traz consigo um leque de conhecimentos que não devem ser excluídos ou desprezados, pelo simples fato dele não ter desenvolvido ainda um saber sistematizado em sala de aula. Sendo assim, o ato de lecionar é muito mais complexo do que se parece, pois exige uma grande responsabilidade sócio-educacional, principalmente quando se trata de alunos adultos que não dominam a prática da leitura e da escrita, ou seja, não alfabetizados.

A relevância educacional deste trabalho é de auxiliar os educadores e refletir sobre a sua prática educativa no sistema contemporâneo de ensino, apoiado em uma teoria crítica e reflexiva dentro da proposta freiriana de ensino, onde os professores

deverão refletir sobre a sua prática de ensino e o saber necessário para o desenvolvimento de uma prática educativa crítica analítica e construtiva, que se fundamenta em uma proposta ética, emancipatória e democrática, que se estrutura em uma visão de mundo onde há grande desigualdades sócias educacionais.

Com essa prévia a presente monografia se estrutura da seguinte forma: no primeiro capítulo refletimos sobre a educação de jovens e adultos e como a mesma se dá nos ambientes de privação de liberdade.

No segundo capítulo analisamos a alfabetização e letramento de adultos reclusos, onde Paulo Freire exerce um importante papel para a formação de uma proposta educacional que considerava os saberes dos sujeitos como importante ponto de partida para outras aprendizagens. Freire propunha a libertação dos oprimidos através do domínio da leitura e da escrita, o letramento contribui para formação de homens críticos e reflexivos.

O terceiro capítulo traz o desenvolvimento da pesquisa de campo, referindo-se sobre a fala dos cinco professores participantes da pesquisa, reconhecendo que a participação dos mesmos foi de grande relevância para o desenvolvimento desta pesquisa. Por fim, nas considerações finais apresentam as inferências a que chegamos sobre o objeto pesquisado.

2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL: CADEIA DE CANINDÉ

A educação de Jovens e Adultos no sistema prisional, tem como objetivo garantir que as pessoas privadas de liberdade, possam ter oportunidade de iniciar ou concluir seus estudos durante o cumprimento de suas penas. Essa é uma condição que foi garantida com a aprovação em 2010, das Diretrizes Nacionais de Educação em Prisões. (Resolução nº 2/2010 do Conselho Nacional de Educação – CNE), enriquecida pela aprovação em junho de 2011, da Lei que garante a remissão de pena para o preso que estudarem. (Lei 12.433/2011).

Sabe-se que os desafios para trabalhar na escolarização de adultos são muitos, tanto na questão de conhecer e saber lidar com o sujeito da EJA no sistema penal, e suas complexidades, quanto prisional aliada á formação dos reeducando. No entanto, temos que enfrentar este grande desafio, porque no campo da segurança pública, de acordo com alguns estudiosos das políticas públicas, o Brasil vive momentos críticos em sua história.

Com isso observamos que dentre os menos favorecidos e também entre os mais abastados ocorre o aumento da criminalidade, o uso e o tráfico de drogas. O que só tem ampliado a população carcerária.

Seguindo essa linha de pensamento é possível perceber que, dentro das unidades, cresce também as desigualdades entre os presos, que naturalmente permite o aparecimento do preso rico e pobre, além dos que tem o poder oriundo da força, ou do crime no qual está envolvido. Fatores que geram a desigualdade, em todos os casos têm um grave problema: a exclusão prisional, que tem características de natureza econômica, pois sabemos que a exclusão acontece em todos os setores da sociedade, incluindo a população carcerária. Onde pessoas afastadas temporariamente do convívio social e quando perdidas sem possibilidades de se reinserirem socialmente.

Podemos afirmar que existem projetos educacionais para jovens e adultos privados de liberdade em âmbito nacional, mas uma política pública de educação isolada em espaços improvisados sem uma diretriz com ações próprias. Ainda de acordo com a EJA, declara-se que a realidade no sistema prisional, as políticas públicas

de EJA apresentam - se em descompasso junto às necessidades dos indivíduos. Toda essa declaração está fundada na convicção de que a educação é um direito de todos. Porém se o país tivesse políticas públicas voltadas ao atendimento da população carcerária, as suas reais necessidades, tanto fora como dentro das unidades prisionais teriam resultados que diminuiriam as reincidências dos encarcerados no sistema penitenciário.

Chamamos a atenção para necessidade de uma orientação nacional, por meio de uma norma, certamente para evitar que as políticas de oferta de educação nas de prisões sejam pontuais, dispersas e destituídas de orientação pública.

O Brasil como membro do Conselho de Defesa Social e Econômica da ONU, pelo menos no campo programático, vem procurando seguir as determinações internacionais para tratamento de reclusos, sendo signatário dos principais tratados internacionais de garantia e defesa dos Direitos Humanos.

Conforme previsto nas Regras Mínimas da ONU sobre as medidas privativas de liberdade (nº 59), para que se detenha a reinserção social do condenado, o sistema penitenciário deve empregar, levamos em consideração as suas necessidades individuais, todos os meios curativos, educativos, morais, espirituais e de outra natureza e todas as formas de assistências de que pode dispor. Em obediência a este princípio sobre os direitos da pessoa presa, a LEP (Lei de Execução Penal), promulgou no seu art. 11 que as assistências serão materiais, á saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. (BRASIL, 2010).

Cabem então alguns questionamentos sobre o sistema prisional brasileiro: Quais oportunidades são oferecidas pelo sistema prisional aos presos que se encontra recluso? Como se dá a responsabilidade do Estado? Diante da responsabilidade também da sociedade civil? Por que se observa que há necessidade de implementação de projetos que possam contribuir para reinserção dos apenados como intuito de devolver a essas pessoas, o poder de ação como cidadão. Mas, para que isso aconteça, será necessário chamar a atenção de todos para esta responsabilidade, o Estado e a Sociedade Civil numa união de esforços.

Existem algumas iniciativas na triste realidade vivida pelos presos no sistema prisional, dentre elas algumas assistências, especificada na LEP (Lei de Execução

Pena), quanto apenas algumas são desenvolvidas e outras de forma tímida não se perceber o seu desenvolvimento como deveria ser assistida. Verificamos também que a assistência educacional tem contribuído na inserção do preso no mercado de trabalho e ajuda a superar as diferentes formas de exclusão e discriminação que existem na sociedade.

É do conhecimento da sociedade que a prisão, tanto nas grandes ou pequenas cidades, faz-se necessária pelas regras criadas para os que têm conduta contrária à ordem pública. Porém, é necessário também que esta mesma sociedade não ignore essa população carcerária e tenha conhecimento sobre a realidade do sistema prisional. Pois, sabemos que não recebendo assistência para que haja mudança da situação social vivenciada antes da pena imposta, com certeza esse grupo de pessoa retornará para a sociedade em piores condições. Acreditamos que voltar de onde veio em melhores condições e com possibilidade de inserção social, é um direito, e assim, podemos contribuir para uma sociedade mais justa, equilibrada e sem hipocrisias.

Acreditamos que são possíveis mudança. Contudo, estas não acontecerão como num passo de mágica, mas, com os movimentos sociais em prol dos menos favorecidos, com concepção políticas e administrativas que valorizem as políticas públicas, pois só construir presídio e colocar o indivíduo para cumprir sua pena, não resolve.

Precisamos que os órgãos competentes assumam a educação em prisões e a vejam como resgate e a trate como política de reinserção social no contexto as políticas de Educação de Jovens e Adultos. Quer com este relato chamar a atenção de todos para que se conheça a realidade do sistema prisional e que desperte para a importância da educação no sistema prisional. Mesmo sendo um assunto complexo, o mesmo vem contribuindo para o futuro nessa área, visto que a sociedade ainda despreza e não tem conhecimento sobre essa realidade que é o sistema educacional prisional.

2.1 Leis e Diretrizes da EJA no Sistema Prisional

Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN-MJ), a população carcerária brasileira tem a quarta maior população do mundo e um sistema superlotado. O déficit de vagas (quase 200mil) já ultrapassam 550mil pessoas. Esse número corresponde a 0,21% da população total do país e equivale a dizer que, a cada 100 mil habitantes, existem 210 pessoas presas ou internadas. (DEPEN, 2012).

A população carcerária no Brasil, a maioria absoluta é formada basicamente por pessoas pobres, 70% não completaram o ensino fundamental, e 10,5% são analfabetos. Só 18% desenvolvem alguma atividade educativa e 72%, vive em total ociosidade. (DEPEN, 2012).

Para agravar a situação, o cumprimento do direito dos presos e presas à educação não apenas escapa dos reclamos cotidiano do que se convencionou chamar de opinião pública, como muitas vezes conta com sua desaprovação. Esse cenário tem sido confrontado a partir das práticas pouco sistematizadas que, em geral, dependem da iniciativa e das parcerias de cada direção dos estabelecimentos prisionais. Não se verifica uma aproximação entre as pasta da educação e da Administração Penitenciarias que oferta a assistência educacional com bases conceituais mais precisas.

O principio fundamental da educação como direito no sistema prisional, deve ser preservado e enfatizado é que a educação no sistema prisional não pode ser entendida como privilegio, beneficio, ou muito menos, recompensa oferecida em troca de um bom comportamento. Educação é direito previsto na legislação brasileira. A pena é definida como sendo um recolhimento temporário suficiente ao preparo do individuo ao convívio social e não implica a perda de todos os direitos.

A Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, alterou a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. No artigo 126, garante que o preso condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto, poderá remir por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. A contagem de tempo referida no mesmo capítulo foi feita a razão de: um (1) dia de pena a cada 12 horas de frequência escolar, atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante,

ou superior, ou ainda de requalificação profissional, divididas no mínimo, em três (3) dias. (LEP, 2011).

No que diz á legislação de Educação de Jovens e Adultos, há um parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB 11/2000), do conselheiro Jamil Cury, sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, que explicita a necessidade de atender aos segmentos historicamente marginalizados da oferta pública de educação.

As Diretrizes Curriculares para EJA apontam três funções básicas da EJA: função equalizadora, qualificadora e reparadora. A função qualificadora está proporcionada a todas as atualizações de conhecimentos por toda vida e que podemos também chamar de função permanente. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode ser atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade. Já a função reparadora, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano, mesmo na situação de privados de liberdade. Nada mais significativo e importante para construção da cidadania do que a compreensão de que a cultura não existiria sem a socialização das conquistas humanas. O sujeito anônimo é, na verdade, o grande artesão dos tecidos da história. (BRASIL 2000).

A função equalizadora da EJA vai dar cobertura á trabalhadores e a tanto outros segmentos sociais como dona de casa, imigrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, ou por desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, devem ser saudada com uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserção no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. (BRASIL, 2000).

Todas as funções bem como as legislações, possuem atrás de si uma história do ponto de vista social. As disposições legais não são apenas um exercício dos legisladores. Estes, junto com o caráter próprio da representatividade parlamentar, expressam a multiplicidade das forças sociais. Por isso, as leis são também expressões de conflitos históricos–sociais. Nesse sentido, as leis podem fazer avançar ou não um estatuto que se dirija ao bem coletivo. A aplicabilidade das leis, por sua vez, depende do respeito da adesão e da cobrança aos preceitos estabelecidos e, quando for o caso dos recursos necessários para uma efetivação concreta. (BRASIL, 2000).

O Plano Nacional de Educação, votado no Congresso em 2001, no capítulo III referente à Modalidade de Ensino – Educação de Jovens e Adultos, estabelece a necessidade de implantar, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendem adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional.

A assistência educacional já era prevista nas regras Mínimas para tratamento de prisioneiros, documentos aprovado em 1995, pela Organização das Nações Unidas, sobre a prevenção do crime e tratamento de delinquentes.

No âmbito internacional, a Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos (V Confinteia/1997), afirma a necessidade de uma educação ao longo da vida, no sentido de atender as novas demandas da sociedade e às expectativas de crescimento profissional.

Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos, a parceria entre o MEC e Ministério da Justiça. A iniciativa do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEM), órgão do Ministério da Justiça (MJ), responsável pela gestão da política penitenciária do país, de procurar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC), foi motivada pela forte compreensão a respeito da necessidade de buscar ações fundamentadas na intersetorialidade para o alcance de resultados efetivos no campo da educação prisional. A construção de um diálogo pertencente entre os dois órgãos, visa assegurar que a oferta de educação nas prisões se desenvolva como um direito básico de cidadania e que o atendimento da população presa ou egressa se dê prioritariamente, no contexto das políticas oficiais de Educação de Jovens e Adultos.

Este projeto é resultado de um importante acúmulo que vem sendo desenvolvido entre setores do Ministério da Educação e Ministério da Justiça, no intuito de conceber estratégias, para oferta de Educação de Jovens e Adultos nas Unidades Prisionais.

Com base nessas reflexões teóricas e práticas os dois Ministérios formalizaram um Protocolo de Intenções, celebrado em 27/09/2005. Acreditamos que esse fato representa um marcante avanço governamental, visto o relacionamento da necessidade de construção de uma verdadeira política pública de educação prisional.

A aproximação entre os dois Ministérios possibilitou inicialmente que a Resolução nº 23/2005 do Programa Brasil Alfabetizado desse um tratamento diferenciado para os alfabetizadores atuante no sistema penitenciário e previsse a necessidade de uma abordagem metodológica diferenciada.

A partir daí, o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação, realizaram uma iniciativa específica de financiamento contemplado: apoio à coordenação da oferta de educação no sistema prisional; formação profissional envolvidos na relação de ensino – aprendizagem e elaboração e impressão de material didático. A ideia é que os gestores locais possam construir e apresentar os projetos com esse escopo, no retorno para o Estado. (UNESCO, 2005)

Desde o início de 2005, os técnicos do MEC/SECAD e do DEPEN realizaram diversas reuniões e oficinas de trabalho na perspectiva de construção de uma verdadeira agenda Inter setorial para a alfabetização e a elevação da escolaridade desse público.

A estratégias adotadas pelos Ministérios para a elaboração dos parâmetros para educação nas prisões, foi a realização de Seminários que contaram com a participação de gestores de unidades, secretários, técnicos, agentes penitenciários, educadores e pesquisadores, como também dos principais interessados e beneficiados pela política, os presos e as presas. As Diretrizes para oferta de Educação de Jovens e Adultos são o resultado de um diálogo pioneiro e se constituem num marco referencial na história da educação de jovens e adultos.

O documento elaborado pelo professor Carlos Jamil Cury, intitulado novos passos da educação de jovens e adultos, apresenta bases legais e os aspectos

normativos da EJA no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, que tornou a educação um princípio e uma exigência tão básica para a vida cidadã que ela se tornou direito do cidadão e dever do estado. Segundo o autor, “tal direito não é só o primeiro dos direitos sociais” listados no artigo 6 da Constituição, como também é um direito civil e político (CURY, 2007, p.1).

Se a EJA para os demais públicos não é vista como direito ficando a margem das políticas públicas, historicamente e, muitas vezes, ainda hoje, quando se trata dos apenados, essa situação se acentua, visivelmente.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem sido tratada de modo geral, na sociedade brasileira, como um privilégio concedido a quem não merece, por tê-lo perdido na infância. Autoridades públicas, políticas e até mesmo servidores do próprio sistema prisional, pensam dessa forma e, por isso, tratam a questão não como um direito constitucional, mas como uma benesse, que tanto pode funcionar como prêmio quanto como punição, principalmente no que tange a internos de penitenciárias, adicionando á condenação que privou jovens e adultos, em sua maioria pobre, do direito a liberdade.

Costumamos a pensar, ainda, que nas escolas em presídios não há evasão. O que, afinal, se entende por evasão na EJA e, no sistema prisional, é a má vontade de alguns agentes penitenciários, que retardam a saída do preso para sala de aula, e colocam diversas dificuldades para o bom desenvolvimento das práticas educacionais nas unidades. Assim com essas dificuldades, professores do sistema prisional, desenvolvemos as praticas educacionais com dedicação, bravura e crendo que o homem é sujeito a mudanças, numa conquista de ressocialização para o retorno de vivência a se reintegrar a sociedade.

De posse desta compreensão, é preciso dizer que esse grupo de jovens e adultos – homens e mulheres – tem condições especiais de vida e que, por isso mesmo, exige proposta educativas e pedagógicas adequadas à situação limite em que vive, no que diz respeito á escolarização que pode receber, assim como quanto ao papel que a educação pode representar no processo de ressocialização, uma das finalidades no confinamento, adotado como controle social sobre o delito, em muitas culturas.

Entretanto, nem todos os presídios oferecem a escolarização aos sujeitos ou, quando o fazem, a oferta de vagas é insuficiente para todos que necessitam cumprir a escolaridade básica. Este caminho se põe em conflito com o trabalho na prisão, pelo fato da remição da pena pelo trabalho competir com a educação, esta nem sempre considerada como forma de também remir a pena, ou de utilizar os mesmos moldes da remição pelo trabalho.

Como o direito à educação é medida subjetiva, este é um desafio e um ponto vulnerável, por ter o dever da oferta para todos. Como, então, manter homens e mulheres privados de liberdade sob a sua guarda sem cumprir o preceito educacional. Este argumento pode mudar o rumo do entendimento da educação nas prisões e, quem sabe, alterar a formulação de políticas públicas voltadas ao público encarcerado.

Outra reflexão se faz necessária; a de expressar variadas e inúmeras experiências de formação continuada com professores da EJA em prisões. Como o foco dessas formações está posto ao sujeito, qual prática e vivência pedagógica esta sendo desenvolvida com o educando! Porque nesse espaço nós professores somos os protagonistas que conduzimos o percurso dos processos formativo sob a mediação própria, sem um acompanhamento pedagógico. Isso é o grande desafio do profissional da EJA no sistema prisional, que por muitas das vezes se sente só, desamparado, e até discriminado, mais com fé em Deus e na educação no resgate do indivíduo, ao retorno à sociedade, desenvolvendo seu papel com bravura e dedicação, mesmo sem reconhecimento por parte daqueles que se julgam peças fundamentais do processo.

2.2 Legislações de apoio à educação no sistema prisional

A educação é um direito de todos e está prevista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/1996. A oferta educacional voltada especificamente para as pessoas privadas de liberdade está prevista na Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/1984, bem como no Plano Nacional de Educação. As diretrizes contidas nas Resoluções nº 03/2009, do Conselho Nacional de

Políticas Criminal e Penitenciária nº 02/2010 do Conselho Nacional de Educação que preveem a oferta da educação em prisões na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no Ensino Fundamental e Médio na idade própria. Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudo em caráter regular.

O direito a educação é assegurado ao preso de forma plena na Lei de Execuções Penais - LEP, nº 7.210/84, no Art. 10 das assistências ao preso e ao internado como dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, no seu parágrafo único, estabelecendo também ao egresso as seguintes assistências: material, jurídica, social, religiosa e educacional.

Nos artigos de nº 17 a 21, a LEP menciona e especifica a assistência educacional numa compreensão a instrução escolar, quanto na formação profissional do preso e do internado.

Observamos que o sistema prisional em nível de Estado tem tido uma preocupação com essa estatística, pois algumas Unidades Prisionais que passaram por reformas, ganharam salas de aula, mas ainda longe do ideal, pois em algumas unidades prisionais do interior do Estado, não oferece espaço físico (sala de aula), para o desenvolvimento da prática educacional, e o professor ministra suas aulas nas grades das celas, disputando o espaço com som da televisão, rádios, jogos e outros, principalmente, com o horário de banho de sol. Numa contradição ao Art. 21 da LEP, que estabelece as condições quanto aos locais das unidades prisionais para práticas educacionais, quando rege que: “dotar-se-á de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, providos de livros instrutivos, recreativos e didáticos”.

Remição de pena pelo estudo, em 29/06/2011, foi publicada a lei 12.433, que altera a Lei de Execução Penal, e dispõe que a pessoa privada de liberdade pode obter remição de 01(um) dia de sua pena a cada 12(doze) horas de atividades educacionais, divididas em no mínimo 03(três) dias.

Após, a alteração da LEP, Lei 7.210 de 11 de junho de 1984(Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Lei 12.433 de 29 de junho de 2011, despertou o interesse dos presos pelo estudo e esse despertar trouxe melhorias para o sistema prisional, por que tira o preso da ociosidade, causando no mesmo uma expectativa de futuro para o convívio em sociedade.

A Lei de Execução Penal também prevê a existência de uma biblioteca, provida de livros instrutivos e didáticos, nos estabelecimentos prisionais, para uso de todas as categorias de reclusos. Objetiva-se assim, implementar e garantir políticas de incentivo ao livro e a leitura nos estabelecimentos penais, com implantação de bibliotecas e com programas que atendam não somente aos estudantes matriculados, mas a todos os integrantes da comunidade prisional. Ressalta-se, ainda que o público jovem e adulto deve ser objeto de especial atenção em relação às políticas e ações ligadas à leitura, considerando-se imperativo criar condições favoráveis de letramento, tais como a elaboração de materiais específicos para educação de jovens e adultos em prisões, bem como de acesso ao livro para aqueles que não tiveram anteriormente ou que sofreram descontinuidade de estudos nos ensino fundamental e médio, denominados neoleitores.

Graças à luta da Coordenação Educacional do Sistema Penitenciário do Ceará, professores do sistema penitenciário, Secretaria da Educação do Estado do Ceará- SEDUC, Secretaria da Justiça e Cidadania – SEJUS, com parceria com o Ministério da Educação e Cultura, promoveram o primeiro encontro nacional de educadores do sistema penitenciário – I ENESP/CE - 2004. Quando dá oportunidade, foram relatadas diversas experiência pelos Secretários de Justiça de outros Estados, na construção de Propostas Pedagógicas para Educação de Jovens e Adultos Privado de Liberdade, como também relatos de experiências no cotidiano do sistema penitenciário.

Podemos observar o quanto estava atrasado em relação aos outros estados, daí então se passa a cobrar por melhorias e hoje se pode relatar o quanto aos avanços, ainda distante do ideal, pois passei 5(cinco) anos desenvolvendo minha prática educacional nas grades das celas, na Cadeia Pública de Canindé, de forma que por muitas vezes pensei em desistir por falta de espaço físico e de apoio pedagógico para o

bom desenvolvimento das aulas, fazendo muitas das vezes o impossível para que os educando obtivessem êxitos.

A população privada de liberdade caracteriza-se como público bastante heterogêneo, com acentuada diversidade etária, étnico-racial, sociocultural, de gênero de orientação sexual e identidade de gênero. Neste contexto, a oferta de educação no sistema prisional deve completar toda essa diversidade de sujeitos, através da elaboração de um projeto pedagógico, compreendido como instância de construção coletiva que respeite os sujeitos das aprendizagens, estendidos como cidadãos com direitos a proteção e a participação social, representando mais do que um documento e caracterizando-se como um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.

Em parceria com o Conselho da Comunidade local, não se pode deixar de falar no material didático e no final do ano de 2009, houve o maior número de concludentes no ensino fundamental e médio, num total de 8 (oito), elevando a auto estima e o desejo pelo estudo dos demais presos da unidade prisional.

Junto com o Juiz das Execuções Criminais da Comarca de Canindé, BEL. Antônio Josimar Almeida Alves e o Conselho da Comunidade, consegui o entendimento e aceitação do preso remir sua pena pelo estudo, consentimento que na época a legislação assegurava que ficava a critério de cada Juiz, quanto ao seu entendimento, e isso se conseguiu graças ao bom trabalho desenvolvido na Cadeia Pública de Canindé. Hoje a Cadeia Pública de Canindé, dispõe de uma sala de aula, onde se podem desenvolver as práticas pedagógicas com desenvoltura e acomodação, onde se percebe que os alunos tiveram maior desempenho e concentração nas aulas dos conteúdos abordados.

3. ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Compreendemos que a educação de jovens e adultos tem maior afinidade com a educação popular, isto significa que esse modelo educacional deve ser voltado à inclusão e a conscientização das camadas sociais, pois se compreende que os educadores e os grupos procuram essa modalidade de educação para difundir também pensamentos e ideias, onde a educação popular tem a capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. (GADOTTI e ROMÃO, 2001, p. 15).

Na educação popular há um respeito às frustrações, as dúvidas, os medos, os desejos dos educadores, dos jovens e adultos das camadas populares, que veem na educação de jovens e adultos um ponto de extrema importância de partida, vale ressaltar um ponto de partida e não de chegada, onde a educação popular é vista uma vertente facilitadora da compreensão da ciência que grupos e organizações podem e devem ter acesso em suas experiências individuais ou grupais.

Na vertente global de uma educação popular, ela contribui ainda para ter uma ampla visão do homem como um ser social que seja menos monolítico e bem mais pluralista, que participe mais de debates democráticos que envolvam educação, saúde, igualdade social, e outros assuntos. (GADOTTI, 1978)

Segundo Gadotti (1978) a educação comunitária ou educação de base foi à ideia difundida no período de 1950, onde se originaram duas tendências entre as mais significativas para a educação de adultos são elas: educação libertadora e educação funcional (profissionalizante).

A educação libertadora era difundida por Paulo Freire (2001), onde preconizada o desenvolvimento social e intelectual dos alunos das camadas sociais, onde neste principio se visava à formação de um homem crítico e reflexivo.

Já na segunda vertente, tem-se a educação funcional ou profissional, isso se destinava a formar uma mão de obra mais produtiva, quer dizer especializada em algum seguimento de produção em massa (Eletricistas, auxiliares de construção, mestre de obras, costureiras, recicladores de lixo, garis e outras profissões populares.), que

também era um projeto muito útil à sociedade e importante para o crescimento e desenvolvimento do país.

Ainda de acordo com Gadotti (1978) no período que compreende a década de 1970, as duas correntes continuaram andando juntas, contudo, a primeira passou a ser entendida como a educação do sistema regular e oficial de ensino, ou seja, na educação formal e a segunda como complemento da educação formal. O sistema de ensino conhecido como MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), foi desenvolvido como princípio oposto ao sistema educacional de Paulo Freire.

Os princípios norteadores da educação de Adultos no Brasil conforme Gadotti (1978) eram divididos em três períodos, sendo eles:

No primeiro período compreendido entre 1946 a 1958, foi desenvolvida grandes campanhas nacionais, também popularmente chamadas de “cruzadas”, com o objetivo de “erradicar” o “analfabetismo”, compreendido como uma doença muito maligna como a “chaga”, uma doença comparada com a malária e outras que no período eram muito contagiosas.

O segundo período era compreendido a partir do ano de 1958 a 1964. No período de 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, que contou com a ilustre participação de Paulo Freire. Dentro deste congresso surge a ideia de montar um programa permanente de alfabetização onde tinha como peça fundamental as ideias de Paulo Freire, contudo esse programa foi extinto pelo golpe militar de 1964, depois de um período muito curto, pois o programa durou apenas um ano de funcionamento. As causas do analfabetismo era o ponto de partida para se entender a educação de jovens e adultos, dentro de uma visão de uma educação de base, essa ideia era defendida por um governo popular e paulista governado por João Goulart. Os CPCS (Centros Populares de Cultura), fundados pelo golpe militar 1964, e o BEM (movimento de Educação de Base), apoiado pelo movimentos religiosos, ou seja, pela igreja, que durou até 1969, foram movimentos profundamente influenciados por essas ideias.

O terceiro período corresponde ao governo militar que organizou campanhas conhecidas como a “Cruzada do ABC” (Ação Básica Cristã) e posteriormente como o MOBRAL.

O MOBRAL, segundo Gadotti (1978) era um sistema que visava à alienação do povo e o desenvolvimento do controle das camadas sociais da população, principalmente rural. Com a redemocratização em 1985, a Nova República, sem consultar os 300 mil educadores que faziam parte do MOBRAL, o governo Collor, extinguiu-o e em seu lugar criou a Fundação Educar, com uma funcionalidade mais democrática, onde o aluno poderia livremente dar a sua opinião e desenvolver o seu conhecimento com mais liberdade através de diálogos dirigidos, contudo com uma quantidade de recursos inferiores que dispunham o MOBRAL.

Verifica-se assim que a educação de jovens e adultos foi assim, extinta pela nova república, posteriormente criou-se o PNAC (Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania), programa esse apresentado com uma grande divulgação publicitária em 1990, contudo o mesmo durou pouco, e foi extinto no ano seguinte se dar explicação a qualquer camada social que havia apoiado (GADOTTI, 1978).

Assim, distinguem-se todos os aspectos históricos entre sociedade civil e do estado no Brasil, principalmente, no que se refere ao processo de alfabetização das massas populares, onde até hoje existe muita desconfiança das iniciativas do estado, mesmo quando os dirigentes tem transparência e demonstram integridade com o povo (GADOTTI e ROMÃO, 2001, p.36).

No período de 1989 com a preparação do ano internacional da Alfabetização em seguida no ano de 1990, foi criada no país a Comissão Nacional de Alfabetização, onde no primeiro momento foi coordenada por Paulo Freire e em seguida o comando passou para José Eustáquio Romão. Com a meta de elaborar diretrizes para a formação política de alfabetização, onde essas metas nem sempre são colocadas em prática pelo Governo Federal Brasileiro (GADOTTI, 1978).

3.1 Alfabetizar e Letramento

O letramento não consiste em apenas ensinar o aluno a decodificar, mas em entender o que leu dentro de uma visão crítica e reflexiva. Onde a leitura e a escrita são

ferramentas de grande importância para que o educando possa interagir e compreender o mundo.

Segundo Goffman (1975, p. 57):

Compreende-se que o papel do desenvolvimento cognitivo do educando, sofre uma grande influência do meio social ao qual o mesmo interage, onde o indivíduo através de provocações desenvolvidas com o meio interage com o mesmo e desenvolve o seu conhecimento através de experiências vivenciadas, onde este processo nos conduz a definirmos um conceito de letramento.

O que se pode desprender de Goffman (1975), é que se um educando na fase de alfabetização, sabe ler, mas não é capaz de ler um livro, um paradidático, um revista em quadrinhos ou um jornal; e se sabe escrever uma palavra ou um conjunto de palavras e frases, mas não é capaz de escrever uma carta, o aluno é alfabetizado, porém não é letrado.

O aluno alfabetizado é aquele que ler e escreve, porém o mesmo ainda não alcançou o seu desenvolvimento pleno deste processo. Observa-se que o letramento tem uma grande importância e é de extrema necessidade para a escola, onde a gestão escolar e os professores devem buscar estratégias diversificadas para desenvolver o processo de letramento e dos educandos ver o mundo.

3.1.1 Como o professor pode definir o que seja o letramento?

A simples atividade de ler e escrever (alfabetização), não constitui um aluno letrado, pois se exige muito mais em uma sociedade voltada para o conhecimento, é necessário o desenvolvimento de outras habilidades como saber interpretar as situações do cotidiano onde se utiliza a leitura e a escrita, pois uma mesma informação pode ser interpretada de diferentes formas.

O processo de letramento vai de encontro à grande necessidade de uma mudança sócio educacional, o de liberta-se do processo maquinário de leitura e de escrita para mergulhar em um processo de construção e interação do saber, ou seja,

para se mergulhar no mundo da criação e interpretação das diferentes aprendizagens desenvolvidas pelos educandos ao longo da sua vida social e da própria escola.

Podemos definir letramento como: a capacidade ativa e crítica do aluno ler e escrever no mundo; onde se vê que o letramento é o oposto ao analfabetismo, ele é um complemento da alfabetização. (ERIKSON, 1986)

Compreendemos que o processo de desenvolvimento do letramento está focado no desenvolvimento das habilidades da leitura e da escrita de forma significativa, analítica e crítica, porém para chegar ao nível de desenvolvimento cognitivo do letramento o educador precisa envolver o aluno no mundo do conhecimento, onde a concretização da alfabetização é imprescindível, onde o aluno tem que estar preparado para desenvolver esta fase de maturação cognitiva, onde não se pode esquecer que o letramento consiste no desenvolvimento da leitura e da escrita em sua plenitude.

Dentro de um outro olhar, podemos dizer que o letramento é um conjunto de práticas sociais que usam um conjunto de símbolos para um objetivo específico que é o desenvolvimento da comunicação. (ERIKSON, 1986).

O paradigma que separa alfabetização e letramento consiste em: na alfabetização se desenvolve a leitura e a escrita de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, porém o conceito de letramento vai mais adiante, onde além do desenvolvimento das habilidades da leitura e da escrita, ele desenvolve os aspectos sociais, históricos, reflexivos e críticos da aquisição da leitura e escrita dentro de uma sociedade.

Assim, o letramento abre uma janela para o mundo letrado. Proporcionando o sucesso da aprendizagem de uma forma plena, de uma forma individual ou grupal no mundo em que se está inserido. Onde a leitura em sala de aula é de grande relevância para que o educador possa desenvolver projetos que visam o desenvolvimento cognitivo, afetivo e emocional do educando. (ERIKSON, 1986)

O letramento compreende o processo de envolver, compreender, somar, acrescentar, adicionar ao mundo da leitura e da escrita, onde qualquer aluno pode ser incluído neste processo, onde se pode juntar qualquer educando neste processo, onde há pleno crescimento de cognitivo. Onde para que se possa incluir um aluno, devemos

respeitar e ter o objetivo de querer desenvolver o indivíduo em sua plenitude, ou seja, em todos os aspectos que envolvem a aprendizagem.

A interação deve ser possibilitada respeitando sempre as limitações e necessidades especiais dos alunos, porém se deve possibilitar a convivência com alunos ditos normais, através de vivências e trocas de experiências, fornecendo, assim, condições que favoreça o aprendizado e o desenvolvimento social. Onde os alunos dentro do letramento devem ser motivados a desenvolver um laço fraterno com os alunos especiais ou que portem necessidades especiais. (ERIKSON, 1986).

Dentro do letramento devemos buscar meios que favoreçam as experiências comportamentais individuais e grupais de forma diversificada de forma a possibilitar a formação de laços afetivos, sensibilidade, respeito, princípios éticos e sócias que possibilitem a aprendizagem. No letramento não se pode esquecer do agrupamento intelectual, físico, social, afetivo e emocional do educando, pois se compreende que a ideia de interação com o outro é necessário para se conhecer, reconhecer, socializar, participar, construir o emocional através da aprendizagem desenvolvida dentro e fora da sala de aula. (ERIKSON, 1986).

3.2 Alfabetizar a luz de Paulo Freire

Temos que ter em mente que educar consiste em formar cidadãos conscientes, participantes do meio social a qual estão inseridos e solidários com as causas populares das minorias, onde esse objetivo deve ser uma meta percorrida por educadores de todo o país. Assim, se ensinará cidadania, princípios éticos e a necessidade de se preservar o meio ambiente, onde esses princípios necessitam ser ministrados de forma diversificada pelos educadores.

É de suma importância que a escola se disponha a lecionar para a vida, onde os processos e experiências de ressocialização seja um ponto básico no processo de alfabetização, isso ainda se configura com uma meta a ser alcançada dentro do sistema prisional, onde alfabetizar é um processo político-social que permite ao aluno ser

incluído em um mundo letrado, onde a alfabetização de adultos é uma tarefa urgente para os educadores que realmente se envolvem na educação do país.

Compreendemos que Freire (2000), envolveu-se grandiosamente com as causas populares, procurando sempre levar o homem para a emancipação dentro de uma ação educativa. A educação dentro de uma visão popular é um processo político, onde se trilharia duas vertentes que resultaria de uma relação de domínio, opressão ou de liberdade e de construção.

É necessário que o educador tenha pleno conhecimento dos seus alunos, ele deve construir um vínculo afetivo dentro do seu grupo de trabalho, onde o mesmo deve buscar aproveitar as experiências de todos, desenvolver um trabalho em grupo, onde as parcerias serão de grande relevância neste processo, possibilitando o desenvolvimento de canais diversificados para a construção da aprendizagem dos alunos que estarão interagindo em conjunto, em parceria na construção de novos saberes, o educador deve ensinar a aprender, a como o aluno deve desenvolver o seu processo cognitivo enfocando as atitudes críticas e reflexivas do ato educativo.

Sobre os aspectos familiares de Paulo Freire (2000, p.33), compreendemos que ele foi educado sobre uma forte doutrina católica, onde seus pais, mesmo com muita autoridade, sempre estavam presentes no processo educativo e abertos ao diálogo, influenciando desde a sua formação há ter uma abertura para o diálogo e a comunicação com as pessoas que estavam em volta dele.

Quando Paulo Freire completou 20 anos, ele ingressou na Faculdade de Direito, mais tarde tendo que interrompê-la por diversas vezes, sempre por motivos financeiros. No ano de 1944, casa-se com uma professora do primário, Elza Maria de Oliveira que sempre a incentivou discutindo questões pedagógicas e de aprendizagens.

Segundo Gadotti (2001), Paulo Freire teve sua primeira experiência de alfabetização de adultos em uma comunidade de Recife. Paulo Freire (2000), descreve que na vigésima primeira hora de alfabetização, o integrante era capaz de ler artigos simples de jornais e escrever pequenos textos, a metodologia gerava interesse nos participantes. Depois de trinta horas (uma por dia, cinco por semana), a experiência foi findada. Nos quais três participantes tinham desenvolvido a aprendizagem da leitura e da escrita. Podiam ler pequenos textos, como por exemplo: ler jornais e escrever

pequenas cartas. Dois integrantes da pesquisa abandonaram o curso. Assim, surgiu o “Método de Paulo Freire de Alfabetização”.

Nos aspectos históricos de Paulo Freire, encontra-se o relato que o autor chegou a ser preso por duas vezes devido o seu método ser considerado como “subversivo”, isto ocorreu antes dele se exilar na Bolívia. Após um golpe militar naquele país. Após esse fato Paulo Freire se viu obrigado a procurar outro país, onde o mesmo foi para o Chile, onde pôde desenvolver o seu trabalho por quatro anos e meio na educação de camponeses adultos buscando sempre desenvolver a consciência da população local. Durante o seu trabalho ele direcionou para os conflitos de interesse americano na região, procurando desenvolver a consciência da população local. Paulo observou que o desenvolvimento tecnológico entre Estados Unidos e Chile servia para criar uma dominação política naquele país. Para ele a dominação da cultura americana no Chile era considerada uma dominação invasora, em quanto que a comunicação da cultura visa promover a conscientização (BRANDÃO, 1986).

Neste período em contato com a população local, ou seja, com os camponeses, mostrando como desenvolver suas ideias, onde cada ser tem o seu potencial cognitivo, ou seja, a sua inteligência. Onde se introduz a necessidade de através de um processo de conscientização educativa, precisa-se apenas ter acesso às informações para alargarmos esses interesses.

A campanha de Pé no Chão também se aprende a ler, foi desenvolvida no Rio Grande do Norte. No qual a partir desta campanha, Freire (2000) foi popularizado nacionalmente, e em seguida foi convidado pelo governo de João Goulart para realizar uma campanha a nível nacional de alfabetização, que os novos eleitores irão perceber a necessidade de lutar pela distribuição de rendas, por igualdade de oportunidades, educação e saúde, em fim a necessidade de lutar.

A educação, não apenas de alfabetizar adultos, antes, visa a ensinar a estudar, o que significa repensar e não armazenar ideias alheias. É assumir uma atitude crítica diante do que se estuda e entendê-la à luz de uma realidade social, à própria visão de mundo.

(FREIRE, 2001, p.45)

Em 1964, as classes sociais dominantes perceberam a ameaça de transformar a população em seres críticos e pensantes e se colocaram contra o programa, onde o

mesmo foi extinto pelo governo militar. Observamos na leitura que por duas vezes ele foi obrigado a viajar para a cidade do Rio de Janeiro, a fim de responder inquérito policial, onde o mesmo foi coagido a exilar-se na embaixada Boliviana, e em seguida foi acolhido pelo país Boliviano, pelo simples fato ter conscientizado e de ter tentado politizá-lo.

Paulo Freire em 1967, visita pela primeira vez os Estados Unidos como conferencista, onde foi divulgar o seu primeiro livro “Educação como prática política”. Onde nos Estados Unidos e nos países sul americano foi muito bem aceito.

No período de 1969, ele foi convidado pela Harvard College para lecionar por dois anos, na função de professor do “Centro de Estudos para o Desenvolvimento e Transformação Social”. Onde seis meses depois, tornou-se consultor do “Conselho Mundial de Igrejas”, prestando serviço como conselheiro educacional para governantes de países do terceiro mundo (BRANDÃO, 1986).

Observamos que somente em 1970, suas ideias e técnicas pedagógicas tornaram-se mundialmente conhecidas. No período de 1975, Freire juntamente com outros brasileiros recebeu o convite do presidente de Guiné Bissau para auxiliar no programa de alfabetização e desenvolvimento daquele país.

Entre os anos de 1975 e 1980 Freire (2000), trabalhou como voluntário em São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola. Foi convidado a torna-se o responsável pelo programa de alfabetização e, São Tomé e Príncipe, onde alcançou grandes resultados.

No período de 1978, de forma ilegal, ou seja, clandestina, fez a abertura do “Primeiro Seminário de Educação Brasileira” por telefone. No período de 1980, obteve-se a permissão de retornar ao Brasil, onde participou naquele mesmo ano da fundação do PT (Partido dos Trabalhadores). Vemos que com a vitória de Luiza Erondina para a Prefeitura de São Paulo, Paulo Freire é convidado para desempenhar o cargo de Secretário da Educação. No período de dois anos renunciou ao cargo para voltar a desempenhar as suas atividades acadêmicas e a escrever livros, o que constituía a sua grande paixão (BRANDÃO, 1986).

Paulo Freire foi o mentor de um sistema educacional que posto em prática obteve grande êxito, ganhando muito destaque em países que eram oprimidos na vertente da política e até economicamente, onde o método procurava conscientizar a

população para o desenvolvimento de uma melhor compreensão sociocultural para transformar a sua organização social e a sua realidade.

Paulo Freire (1998), compreendia que a chave que abria a porta era o diálogo (BRANDÃO apud, GADOTTI 1975, p.102). A relação homem e natureza precisaria ser muito bem repensada e discutida para se desenvolver um processo harmônico. As relações dos homens ao produzir os bens que necessitam para sobreviver dependeriam das relações com outros homens e com a natureza.

Compreendendo que os diversos saberes estão distribuídos entre os homens, e este é o que segura à esfera de controle sócio educacional no mundo em que se vive, também valorizou princípios como igualdade, o saber, a liberdade, o pensamento, os saberes, os valores pessoais e coletivos. Ele desenvolve uma filosofia em que as pessoas excluídas ou oprimidas passem agora a pensar como ele, onde a educação é um mecanismo de liberdade e de construção da esfera social e pessoal.

A alfabetização é um grande exemplo dentro de programas oficiais e tradicionais oficiais, onde esse processo engloba dentro do desenvolvimento da leitura e da escrita palavras geradoras de ilusão, de fantasia e da própria realidade. Observamos a aplicabilidade de figuras, palavras, frases. A educação que oprime para Paulo Freire era princípio de liberdade (BRANDÃO pud FREIRE, 1986). Para ele a educação deveria partir do princípio de democracia sendo ela humanizada.

Verificamos que Freire (2001), defende a própria visão de mundo, no qual o autor a alfabetização não consiste apenas em ensinar as letras ou a escrever palavras, mas se precisa construir um processo educativo voltado a criticidade e a interação do aluno como um ser social.

É necessário se perceber que um trabalho pedagógico voltado para as classes populares muitas vezes excluídas do próprio sistema educacional, onde o educador assumiria o papel de transformador social levando o povo a pensar e a vivenciar a liberdade como ser social, onde nada seria mais importante do que isso. No momento em que a consciência do educando oprimido se desenvolvia ao ponto de acompanhar a prática política popular ele aprende a pensar por si próprio e a ver o mundo de forma diferente, do ponto de vista da sua própria realidade na qual ele está inserido. Dentro deste aspecto é que a educação de Paulo Freire ganhou o nome de “Educação

Libertadora”, O sucesso desta proposta educacional estava muito voltada a participação ativa do professor que deve subverter a intenção do sistema educacional opressor em uma educação libertária. Com essa proposta Paulo Freire dava um novo olhar ao aluno que era oprimido, isso parece pequeno, mas é de grande valor na educação de jovens e adultos, cada um tem o seu valor pessoal e social (BRANDÃO, 1986).

4. UM OLHAR SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NOS AMBIENTES DE RESTRIÇÃO DE LIBERDADE

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa seguiu duas vertentes, na primeira foi uma pesquisa de cunho bibliográfico, onde com o auxílio dos autores Brandão (1986), Freire (2001), Gadotti (2001), a pesquisa foi fundamentada, discutida e analisada.

A segunda vertente foi originada de um estudo de caso desenvolvido com cinco professores que atuam no sistema prisional, foram discutidas questões referentes à metodologia utilizada em sala de aula e o processo de ensino e aprendizagem.

4.1 Instrumentos de Coleta de dados

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário estruturado aplicado com os professores entrevistados, optou-se por utilizar o questionário estruturado por ele possibilitar o desenvolvimento de uma análise crítica e reflexiva dos dados.

4.2 Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram cinco professores da rede pública que atuam no sistema prisional, o critério de seleção foi que eles já tivessem no mínimo um ano de experiência no sistema prisional.

4.3 Tipos de análise

A análise dos dados teve fundamentação qualitativa, pois esse tipo de análise permite o desenvolvimento crítico e reflexivo dos dados coletados. Não são revelados os nomes dos entrevistados por uma razão ética e profissional.

4.4 Apresentação e Discussão dos Resultados

Os entrevistados responderam a algumas questões sobre seu trabalho, que apresentamos a seguir.

Indagamos aos educadores se eles conheciam algo da obra de Paulo Freire. Todos responderam que sim.

Buscamos saber se os educadores sabiam algo sobre Paulo Freire, todos os entrevistados responderam que sim, que já leram, estudaram ou ouviram falar algo sobre Paulo Freire e a sua prática de alfabetização de Jovens e adultos, porém todos concordam que ele foi um ícone no processo do desenvolvimento da alfabetização.

Conhecer a dinâmica de alfabetização de jovens e adultos é de suma importância para o sucesso da aprendizagem dos alunos, pois todo o bom educador deve desenvolver uma prática metodológica e pedagógica inspirada em algum pedagogo ou pesquisador que desenvolveu estudos nestas áreas, cabendo ao mesmo adaptar os novos conhecimentos desenvolvidos a sua realidade e a realidade e necessidade dos seus alunos.

Na segunda pergunta se indagou: **Caso a resposta seja positiva, gostaria de saber se você aplica em suas aulas alguma metodologia utilizada por Paulo Freire?**

Observamos nas respostas dos entrevistados que de forma unânime os entrevistados responderam que sim, eles ainda informaram que utilizam metodologia diversificadas e material de apoio para o desenvolvimento dos aspectos cognitivos dos alunos, onde os mesmos destacaram: dominó, quebra cabeça, caça palavras, cartas de baralho, material dourado, material reciclado, jogos de letras, figuras e números.

Onde compreendemos que o trabalho com material lúdico é de grande relevância para o processo de desenvolvimento cognitivo dos alunos, porém com a interação eles aprendem de forma mais significativa e prazerosa.

Contudo, nenhuma resposta indica que eles saibam algo sobre a forma de alfabetizar de Paulo Freire, principalmente, quando eles colocam que usam blocos, etc. Mesmo os professores entrevistados dizendo que sim, eles dão exemplos e fazem colocações que fogem completamente a compreensão da alfabetização numa proposta freiriana.

Na terceira pergunta se questionou: **Que metodologia você costuma utilizar em sala de aula?**

Os professores indagados responderam que:

Aula expositiva, aula onde o aluno participa com um agente construtor do seu conhecimento, motivando muito a interação dos mesmos. Mas, mesclo as metodologias com o uso do tradicionalismo, o construtivismo, o interacionismo, etc.

Observamos na leitura das respostas dos professores entrevistados que 100% dos educadores responderam que utilizam uma metodologia diversificada dependendo da aula a ser desenvolvida e dos recursos que eles tenham a sua disposição, onde essa afirmação é de grande importância para o desenvolvimento da aprendizagem e o crescimento cognitivo dos alunos. Contudo, eles precisam observar a metodologia utilizada por Paulo Freire dentro de sala de aula e precisam aplicá-la em sua vida.

Na quarta pergunta se indagou: **Você costuma utilizar algum recurso tecnológico em sala de aula? Qual?**

“Observamos que os entrevistados responderam que Sim, destacaram que utilizam data show, DVD, Televisão, computador, aparelho de som e etc.

Na indagação, buscou-se saber se os educadores costumavam usar algum tipo de recurso tecnológico. Vimos nas respostas dos entrevistados que todos afirmam que utilizam os recursos tecnológicos no sistema prisional, portanto, a utilização destes recursos chama a atenção dos alunos, desperta a curiosidade e o senso crítico para a aprendizagem, onde a utilização dos mesmos é de suma importância e necessidade para o público prisional brasileiro.

Compreendemos também na leitura das respostas a unanimidade dos entrevistados que utilizam os recursos tecnológicos como uma forma de desenvolvimento educacional e motivacional da aprendizagem.

Dentro da realidade do sistema prisional brasileira é de grande relevância o desenvolvimento de uma metodologia diversificada para o ensino, e o uso de caixa de som, microfone, Televisão, data show, DVD entre outros recursos são de grande relevância para a aprendizagem dos alunos.

Na quinta pergunta se indagou: **Quais os resultados alcançados por você em sala de aula? Os resultados alcançados pelos educadores são assim percebidos.**

“Os professores entrevistados responderam que os resultados não são muitos rápidos, porque há um rodízio muito grande de presos, mais alguns resultados são: alfabetizações de 16 presas no ano de 2011 e outras vinte alunos concluíram o ensino fundamental.”

Os entrevistados responderam que há muita rotatividade no sistema de ensino prisional local e que os principais resultados consistem na alfabetização de jovens e adultos, na conclusão de alunos do ensino fundamental e no ensino médio o que consiste uma grande vitória para o processo de escolarização e construção de um ser humano cada vez mais social e com oportunidade igualitária de educação.

Compreendemos que precisamos estender a mão para salvar o homem, de dar oportunidade de concordar, discordar, de dizer sim e de dizer não, de reivindicar os seus direitos quando isso for necessário educar não é excluir. É libertar. É contestar.

Na sexta pergunta se indagou: **Quantos educandos conseguiram concluir o ensino fundamental ou médio?**

Nas respostas dos professores entrevistados, destacamos que os mesmos responderam que o nível de aprovação transladou entre 2 e 10 alunos, o que é pouco, mas que diante das dificuldades que se encontra no sistema prisional brasileiro configura-se como bastante satisfatório.

A evolução dos alunos no ensino fundamental e médio é muito pouco, isto se deve a transferências e progressões de penas que são desenvolvidas ao longo do período escolar, e isso é uma grande barreira para o aluno que está concluindo o ensino fundamental, médio ou ainda está sendo alfabetizado.

Essa entrevista foi de suma importância para se lançar um olhar reflexivo sobre a prática de alfabetização no sistema prisional. Os resultados consistem na inclusão sócio-educacional do aluno no mundo letrado, dando oportunidades iguais de conhecimentos para que assim, ele possa exercer verdadeiramente a sua cidadania.

Com a pesquisa se analisou também o processo de desenvolvimento dos alunos no processo de alfabetização, no ensino fundamental e ensino médio, onde se observou os tipos de recursos didáticos utilizados em sala de aula que favorecem o processo de desenvolvimento da aprendizagem e o tipo de metodologia utilizada pelo educador em sala de aula, Paulo Freire é um grande ícone no desenvolvimento do processo de alfabetização e no sucesso da aprendizagem na alfabetização, no ensino fundamental e médio também.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa se observou a alfabetização de Jovens e adultos sobre a óptica de Paulo Freire, com o seu método de uma educação libertária que buscava proporcionar ao homem oprimido das classes sociais menos favorecidas a oportunidade de uma mudança sócio educacional e de transformação e ampliação dos aspectos cognitivos, onde o educador exerce um papel de suma importância para o desenvolvimento do método e na construção de um ser crítico e reflexivo.

Na pesquisa bibliográfica, podemos perceber a necessidade de se incluir os jovens e adultos dentro do mundo letrado, porém devemos preparar o homem para ter voz e vez, oportunizar direitos para quem ele possa calar e falar, de dizer sim e de dizer não, reivindicar os seus direitos quando isso for necessário. Temos que criar uma educação voltada para o sucesso do homem como um ser individual e grupal, pois educar não é oprimir, mas consiste em libertar e contestar.

Percebemos também as conquistas que tivemos no período de 2003 a 2011 em relação à legislação para educação nos espaços de restrição de liberdade, o olhar dos governos a necessidade da educação nestes espaços, mesmo que ainda de forma insipiente. Podemos ver os avanços com as Diretrizes específicas para EJA nas prisões, a Lei de Execuções Penais e a Remissão de Pena através do estudo.

Na pesquisa de campo observamos a entrevista desenvolvida com cinco professores que atuam no sistema prisional, as respostas dos mesmos foram de grande relevância para a análise dos dados coletados, contudo na análise qualitativa dos dados, vimos que os professores ainda têm muitas dificuldades no desenvolvimento de suas aulas, porém há pontos que se observam muitos avanços, pois os recursos tecnológicos usados em suas aulas além de funcionar como um chamariz tecnológico, motivando os alunos a estudar e a frequentar as aulas.

Outro ponto que se viu que foi o desconhecimento da metodologia utilizada por Paulo Freire dentro da sala de aula, mesmo que reconheçam que ele é um grande mestre no ensino de jovens e adultos. Sua proposta de alfabetização é incompreendida e pouco utilizada no lócus de nossa pesquisa, mesmo que todos os educadores afirmem que adotam as práticas metodológicas desenvolvidas por Paulo Freire.

Sentimos a necessidade de que os professores tenham acesso à leitura das obras de Paulo Freire, para direcionar suas práticas. Gostar de Paulo Freire e admirar seus escritos já é um grande passo, reconhecemos que é difícil trabalhar uma proposta dialógica e crítica em um lugar de restrição de liberdade, onde contamos com tão pouco recursos materiais e bibliográficos, além da escassez de formação na área. Outra sugestão é de que haja mais formações esclarecedoras da proposta freiriana de alfabetização e também sobre educação popular. Sabemos que trabalhar com adultos requer outras formas de ensinar que não seja a mesma destinada a crianças, precisamos valorizar o saber do adulto e trabalhar a partir destes saberes e Paulo Freire corresponde a nossa compreensão de ensino adequado a adultos.

Identificamos que são poucos os alunos que conseguem terminar o ensino fundamental e médio, isso ocorre devido a transferências ou a redução de penas ou mudanças do sistema de pena do fechado para o aberto ou até mesmo para o semi aberto. Inferimos então que precisa haver maior cuidado na escolarização oferecida pelo sistema nas unidades de restrição de liberdade, pois se temos uma população encarcerada que não iniciou ou não deu continuidade aos seus estudos, um caminho para colaborar com sua reinserção social é proporcionarmos a escolarização dos mesmos, como meio de qualificação profissional e de melhor transito na cultura letrada.

Concluimos reconhecendo que Paulo Freire influenciou e continua influenciando professores de jovens e adultos, e essa influencia deve chegar até o sistema prisional, onde os professores devem além de conhecer parcialmente, devem aprofundar-se nos estudos sobre Freire, e assim porem em prática sua proposta de educação dialógica.

Essa monografia não é uma obra plenamente acabada e concluída, pois ela pode ser enriquecida com outros olhares e questionamentos a cerca do processo educacional no sistema prisional.

Mostramos um pouco das inúmeras carências da educação desenvolvida no sistema, baseada muito mais em boa vontade de técnicos e educadores, dos que em políticas. Ainda temos um reduzido número de alunos diante da enorme demanda de encarcerados analfabetos ou com a educação básica não concluída. Outro fator gritante é falta de espaços e de recursos para o desenvolvimento da escolarização, mesmo que

hoje esteja em melhores condições do que a uma década, ainda temos muitas fragilidades.

Esperamos que esta pesquisa sirva como fonte de estudos para os interessados nesta temática, assim como ponto de reflexão para outros educadores de EJA seja de qual segmento for, para que realmente possamos incluir os ensinamentos de Freire em nossa prática e não apenas nos discursos e nos trechos de seus escritos em trabalhos científicos ou em folders de eventos.

Tiramos a lição de que em qualquer situação devemos respeitar o educando, usar os seus saberes como ponto de partida para ensinar, não infantilizar os saberes, adentar no universo vocabular do educando para que ele possa assimilar os novos saberes. E por fim, como educadores temos que buscar melhores condições de trabalho e novos recursos para ministrar nossas aulas, pois necessitamos de boas condições para desenvolvermos em nossos educandos a aprendizagem satisfatório, principalmente, quando temos como espaço de trabalho uma prisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação** 9394/96. Brasília, 1996.

_____. **Lei de Execuções Penais**, nº 7.210/84

_____. Constituição Federal, 1998.

_____. **PARECER HOMOLOGADO Despacho do Ministro**, publicado no D.O.U. de 7/5/2010, Seção 1, Pág. 28.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **O que é método de Paulo Freire**. 10 ed. São Paulo: brasiliense, 1986.

DEPEN, disponível em: www.bbc.co.uk/portugueses/noticias, acesso em: 25/01/2013 às 17horas.

_____. Disponível em: www.pessoas.hsw.uol.com.br, acesso em : 25/01/2013 às 17horas.

ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1986.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **A alfabetização de adultos: é ele um quefazer neutro?** Educação & Sociedade. Campinas, SP, n. 1, p.64^a 70, ano set. 1978.

_____. **Educação e Mudança**. 22 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1975.

GADOTTI, Moacir; e Romão, Jose Eustáquio. (orgs). **Educação de Jovens e adultos: teoria prática e proposta**. 3 ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Revisão crítica do papel do pedagogo na atual sociedade brasileira** (Introdução a uma pedagogia do conflito). Educação & Sociedade. Campinas, SP, n.1, p.5 a 16, ano 1, set. 1978.

APÊNDICES



Universidade Federal do Ceará

DEPARTAMENTO DE PÓS – GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO.

Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para Professores do Sistema Prisional

FICHA DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DO SISTEMA PRISIONAL

1ª Você conhece algo sobre Paulo Freire?

() Sim

() Não

2ª Caso a resposta seja positiva, gostaria de saber se você aplica em suas aulas alguma metodologia utilizada por Paulo Freire?

3ª Que metodologia você costuma utilizar em sala de aula?

4ª Você costuma utilizar algum recurso tecnológico em sala de aula? Qual?

5ª Quais os resultados alcançados por você em sala de aula?

6ª Quantos educandos conseguiram concluir o ensino fundamental ou médio?
